



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ofício PRE nº 310

Jaguariúna, 19 de novembro de 2025

Senhor Prefeito

Encaminhamos a V. Exma. os Requerimentos abaixo relacionados, que foram apresentados e aprovados nesta Casa de Leis, em Sessão Ordinária realizada 18 de novembro de 2025.

1. **Requerimento nº 408/25 – Ver. Elcio Hirano – Ver. Jorge Luiz de Souza** – Solicita ao Exec. Mun. por meio das Empresas Cisne e Boas Novas, o encaminhamento das escalas de plantões médicos diurnos e noturnos (24 horas), referentes aos meses de novembro a dezembro de 2025 e pré escala janeiro de 2026, com nome completo e número de CRM-SP de profissionais de áreas específicas.
2. **Requerimento nº 409/25 – Ver. Graça Albaran** – Solicita ao Exec. Mun. informações acerca do Projeto de Lei nº 115/25.
3. **Requerimento nº 410/25 – Ver. José Muniz** – Solicita ao Exec. Mun. informar quais são as contrapartidas exigidas do empreendedor para a aprovação do loteamento Jardim da Flores.
4. **Requerimento nº 411/25 – Ver. Paula Savioli** – Solicita ao Exec. Mun. informações sobre a suspensão nos dias 07 e 14 de janeiro de 2026, da Feira Noturna realizada no Parque Santa Maria.

Atenciosamente,

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Presidente

Ao Senhor
David Hilario Neto
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo


REQUERIMENTO Nº 409 /2025

Senhores Vereadores,

Requeiro à Mesa, depois de ouvido o Plenário e dispensadas as formalidades de praxe, para que seja oficiado ao Senhor Prefeito, solicitando deste Executivo, informar acerca do Projeto de Lei 115/25:

1. Onde serão aplicados os demais aproximadamente R\$40 milhões do empréstimo, excetuando-se os R\$5 milhões destinados à cobertura das quadras das escolas municipais, indicando:
 - a) Projetos previstos;
 - b) Setores responsáveis;
 - c) Cronograma físico-financeiro;
 - d) Estudos ou justificativas técnicas que embasaram a distribuição desses recursos;
 - e) Previsão de início e conclusão das obras ou ações.
2. Se os projetos previstos já se encontram em fase de licitação, projeto executivo ou planejamento interno, anexando cópia dos documentos correspondentes, caso existam.
3. Qual é o custo total estimado de cada obra/ação planejada com os recursos da operação de crédito.

LIDO EM SESSÃO
DE 18 / 11 / 25

PROTOCOLO Nº	1216 / 2025
EM	14 / 11 / 2025
SECRETARIA	

APROVADO	
Favoráveis	11
Contrários	—
Abstenções	—
18.11.25	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

O presente Requerimento tem por finalidade assegurar o pleno exercício do dever constitucional e legal de fiscalização conferido ao Poder Legislativo Municipal, especialmente no que se refere à gestão e aplicação dos recursos públicos decorrentes de operações de crédito realizadas pelo Executivo.

O Projeto de Lei nº 115/2025, aprovado em Sessão Ordinária realizada em 11 de novembro de 2025, promoveu alteração no art. 1º da Lei Municipal nº 2.809/2022, ampliando a autorização para que o Município de Jaguariúna celebre operação de crédito junto à Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo, com outorga de garantia. Tais operações, pela sua natureza, impactam não apenas o orçamento vigente, mas também o planejamento fiscal e financeiro dos próximos exercícios, demandando acompanhamento efetivo por parte desta Casa de Leis.

De acordo com as informações preliminares apresentadas pelo Executivo, parte dos recursos, aproximadamente R\$ 5 milhões, será destinada à cobertura das quadras das escolas municipais, iniciativa relevante para a melhoria da infraestrutura escolar. Entretanto, considerando que o valor total da operação de crédito é da ordem de R\$ 45 milhões, resta identificar, com precisão, quais projetos, obras e ações serão contemplados com os cerca de R\$ 40 milhões restantes, quais critérios foram utilizados para definir as prioridades, e qual o planejamento técnico-financeiro associado.

É imprescindível que o Legislativo tenha pleno conhecimento do cronograma físico-financeiro, das justificativas técnicas e dos estudos de viabilidade que orientaram a definição das ações que receberão tais recursos, a fim de assegurar transparência, eficiência e aderência às reais necessidades da população de Jaguariúna. A ausência de divulgação detalhada sobre a aplicação desses valores impossibilita o acompanhamento adequado e compromete o dever de fiscalização previsto no art. 31 da Constituição Federal.

Destaca-se, ainda, que operações de crédito de grande porte geram compromissos presentes e futuros ao Município, podendo afetar a capacidade de investimento e o equilíbrio fiscal dos próximos anos.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Por essa razão, torna-se essencial verificar se os investimentos planejados estão alinhados ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao orçamento municipal vigente, bem como analisar se a execução desses recursos está compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial no que se refere ao endividamento e à capacidade de pagamento.

Considerando que o Município já havia apresentado um plano inicial de investimentos no âmbito da Lei nº 2.809/2022, é igualmente relevante identificar se houve alterações substanciais nesse planejamento, compreendendo seus motivos, critérios e impactos. Alterações dessa natureza devem ser amplamente justificadas, de modo a assegurar o controle social e legislativo sobre os rumos da política de investimentos municipais.

Por fim, ao solicitar o detalhamento sobre a fase atual de cada projeto, incluindo eventuais licitações, projetos executivos ou estudos preliminares, este Requerimento busca garantir que a aplicação dos recursos ocorra de maneira planejada, transparente e eficiente, evitando improvisações, atrasos ou redirecionamentos indevidos de verba.

Diante da magnitude da operação financeira e da relevância dos impactos que ela produzirá para o Município, a presente solicitação de informações é medida imprescindível para garantir a boa governança pública, a transparência administrativa e a correta aplicação dos recursos públicos.

Gabinete Ver. GA, 14 de novembro de 2025

GRAÇA ALBARAN
VEREADORA